



**REVISÃO DO**  
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL**  
**DE BRAGANEY-PR**

**1ª Fase**





---

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

# *Revisão do Plano Diretor Municipal*

**MUNICÍPIO DE BRAGANEY**

**Prefeito:  
Odair Guerreiro Oliveira**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 043/2023**

**REF.: EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 003/2023**

**Dezembro/2023**

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. REFERENCIAL METODOLÓGICO	2
2.1. Estratégias de Planejamento	2
2.2. Objetivos	4
2.3. Etapas do Plano	5
2.3.1. Fase 1- Mobilização	5
2.3.2. Fase 2- Avaliação Temática Integrada	5
2.3.3. Fase 3- Diretrizes e Proposições	10
2.3.4. Fase 4- Legislação e Implementação do Plano de Ação e Investimento (PAI)	10
3. CRONOGRAMA	13
4. AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GESTÃO URBANA	15
4.1. Avaliação das Diretrizes E Proposições Do PDM Vigente	15
4.1.1. Diretrizes para a atualização dos instrumentos de política e planejamento urbano e rural e para a institucionalização da gestão democrática	16
4.1.1.1. Diretrizes para a institucionalização da Gestão Democrática	17
4.1.2. Propostas para implantação e aprimoramento de um sistema de informações para o planejamento e gestão municipal	17
4.1.2.1. Diretrizes para implantação de um Sistema Único de informações (SUI)	17
4.1.3. Diretrizes para dinamização e ampliação das atividades econômicas dos setores produtivos	18
4.1.3.1. Setor Primário – Agropecuário	18
4.1.3.2. Setor Secundário – Indústrias	19
4.1.3.3. Setor Terciário – Comércio e Prestação de Serviços	20
4.1.3.4. Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo	20
4.1.4. Diretrizes para o saneamento ambiental	21
4.1.4.1. Diretrizes para o abastecimento de água	22
4.1.4.2. Diretrizes para o sistema de esgotamento sanitário	23
4.1.4.3. Diretrizes para o sistema de drenagem pluvial	24
4.1.4.3. Diretrizes para o sistema de limpeza pública	24
4.1.4.4. Diretrizes para a Coleta e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos, Hospitalares e Industriais	24
4.1.4.5. Diretrizes quanto à coleta e disposição final de resíduos sólidos hospitalares e industriais.	25
4.1.5. Diretrizes para a proteção ao patrimônio natural, paisagístico e cultural	25
4.1.6. Diretrizes e procedimentos quanto às ocupações irregulares	26

4.2. Avaliação do Plano de Ação e Investimentos- PAI vigente	27
4.2.1. Política de desenvolvimento Urbano e Municipal	27
4.2.2. Estabelecimento De Uma Sistemática Permanente De Planejamento	30
4.2.3. Atualização dos instrumentos de política e planejamento urbano e rural e para a institucionalização da gestão democrática	32
4.2.4. Implantação e aprimoramento de um sistema único de informações para o planejamento e gestão municipal	32
4.2.5 Dinamização e ampliação das atividades econômicas dos setores produtivos	33
4.2.6 Saneamento Ambiental	37
4.2.7. Proteção do patrimônio natural, paisagístico e cultural	38
4.2.8. Procedimentos quanto às ocupações irregulares	38
5. CONCLUSÕES	40
6. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	41

## 1. INTRODUÇÃO

A preocupação com o planejamento municipal de Braganey surgiu diante da necessidade da ordenação das suas funções sociais e da garantia do bem-estar de seus habitantes, além da escassez dos recursos públicos com a conseqüente necessidade de racionalização de sua aplicação, orientando o desenvolvimento do município, suas tendências de urbanização e a identificação e minimização dos problemas ambientais existentes.

O planejamento, aqui concebido como um processo ativo, dinâmico e contínuo, com as articulações entre os diversos agentes da sociedade, prevê a realização de tarefas e obras que transformarão o município, sendo o Plano Diretor Municipal um instrumento indispensável para orientar estas transformações a curto, médio e longo prazo.

Desta forma, o Plano Diretor Municipal de Braganey tem como objetivos gerais:

a) Promover o desenvolvimento do Município através de um processo de planejamento, integrado com as políticas e programas regionais, estaduais e federais.

b) Elevar o padrão de vida da população no que se refere à qualidade do espaço urbano e rural, condições habitacionais, educação, saúde, cultura e serviços públicos, preservando o equilíbrio necessário às relações entre o ambiente natural, as atividades rurais e a ocupação urbana em processo de crescimento.

c) Fortalecer a autonomia do Município, de forma que o Poder Público tenha sua situação aprimorada através da definição de ações prioritárias e da racionalização de investimentos, norteados pela definição do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, legitimada através da efetiva participação da população nas tomadas de decisão, realizando uma prática de gestão democrática.

d) Desenvolver o Município de forma ordenada e de acordo com o Estatuto da Cidade, estabelecendo-se normas de ordem pública e de interesse social, em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, garantindo-se o equilíbrio ambiental.

O Plano Diretor engloba o território do município como um todo, ou seja, as áreas rurais e as urbanas. Identifica, ainda, as áreas de interesses especiais para o desenvolvimento econômico e turístico do município, as áreas urbanizadas e as de expansão.

O desenvolvimento do plano se dará concretizando o resultado das etapas que o compõem.

A primeira etapa consiste na apresentação do plano de trabalho, da informação da forma como será realizada a coleta de dados e do levantamento das informações dos diversos setores que compõem as áreas urbana e rural, bem como dos aspectos geográficos, sociais e econômicos do município.

Após o levantamento e a análise destas informações será obtido um diagnóstico da situação, permitindo a identificação dos conflitos, das deficiências atuais da infraestrutura e dos serviços públicos, bem como de uma predição do crescimento da cidade e de suas necessidades, ouvida a opinião dos diversos setores da sociedade.

A gestão participativa deste processo de planejamento inicia-se através de pesquisas de opinião, que objetiva obter o retrato dos anseios da população que vive em Braganey, consideradas as recomendações definidas por outras esferas que intervêm no planejamento territorial.

Além do resultado das pesquisas de opinião, que representam uma importante contribuição ao processo participativo, serão realizadas audiências públicas para consolidar cada etapa do Plano Diretor.

Organizar-se-á, então, um prognóstico do futuro da cidade, tendo-se como horizonte de planejamento o ano 2033, considerando o Macrozoneamento resultante da análise dos conflitos e das potencialidades identificados na fase de Diagnóstico, bem como as diretrizes e legislações existentes, com o intuito de traduzir um zoneamento legalmente aplicável.

O ordenamento territorial e a definição do uso do solo, para absorver e estruturar o crescimento do município (zoneamento, definição do perímetro urbano e sistema viário) deverá obedecer a legislações específicas, que serão propostas no Plano Diretor. Ainda, as Diretrizes Setoriais e um Plano de Ações consolidarão o planejamento pretendido.

É importante salientar que os produtos e as conclusões, obtidos em cada fase, serão elaborados em permanente integração entre a Equipe Técnica da Prefeitura, o Conselho de Acompanhamento do Plano e a Equipe Técnica da Farol 14 Consultoria em Projetos, entre outras instituições de interesse, discutindo-se as diversas propostas, de forma a organizar e a compor o Plano Diretor Municipal de Braganey.

## **2. REFERENCIAL METODOLÓGICO**

### **2.1. Estratégias de Planejamento**

O Plano Diretor Municipal parte de uma leitura da cidade real, para qual formulam-se hipóteses sobre as opções de desenvolvimento e modelos de territorialização. O macrozoneamento é o referencial espacial para o uso e a ocupação do solo, considerando todas as limitações, os usos já sedimentados, as vocações das diferentes áreas e regiões do município, definindo-se a separação das áreas urbana e rural, através do perímetro urbano.

O macrozoneamento define as áreas em que se pretende incentivar, coibir ou qualificar a ocupação, tendo-se como princípio a compatibilidade entre a capacidade da infraestrutura instalada, as condições do meio físico, as necessidades da preservação ambiental, do patrimônio

histórico e dos usos já existentes. Resumidamente, são definidas as áreas urbanizáveis e as não urbanizáveis (restrições legais e ambientais).

Conforme recomenda o Estatuto da Cidade, a participação da comunidade será garantida através de debates e discussões entre as equipes técnicas da Prefeitura, da Farol 14 Consultoria em Projetos, do Conselho de Acompanhamento do Plano, de segmentos econômicos e da classe política local, nas diversas fases do processo e possibilite uma ampla identificação dos desafios a serem superados pelo desenvolvimento municipal.

Será, portanto, garantida a realização de debates entre os técnicos dos diversos departamentos municipais e também destes com técnicos de instituições das esferas estadual e federal, para situações específicas que por ventura estejam envolvidas.

Será garantida a publicidade das informações e o acesso de qualquer interessado aos documentos que serão produzidos durante as diversas fases do Plano Diretor.

As propostas serão precedidas de levantamentos, análises e da avaliação das características físicas (geográficas, ambientais, geomorfológicas e geotécnicas), urbanísticas, habitacionais, sociais, econômicas, institucionais e políticas, assim como da avaliação das principais condicionantes, deficiências e potencialidades municipais. As propostas serão precedidas da apresentação e da discussão de alternativas construídas sobre mapas temáticos que serão elaborados.

Todos os trabalhos estarão alinhados com a legislação aplicável e com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU para o desenvolvimento institucional de municípios.

As diretrizes, propostas e metas serão debatidas com a comunidade quando da realização das audiências públicas (políticas, programas e estratégias de implementação).

A sistemática adotada para as audiências públicas será de uma convocação através da imprensa local e mídias sociais da Prefeitura Municipal, com a devida antecedência, das sessões que serão realizadas em local compatível e em horário que não conflite com atividades laborais da maioria dos interessados (sugestão: às 19:00 horas); nas audiências será apresentada a temática da convocação, sob a forma expositiva com o auxílio de projetor, com duração de aproximadamente 60 minutos, abrindo-se a palavra para as manifestações e contribuições populares, bem como para o esclarecimento de dúvidas, por ordem dos pedidos de inscrição para as perguntas; as sessões serão transmitidas ao vivo nas mídias sociais da Prefeitura Municipal, onde a população poderá participar, opinar e ter suas dúvidas sanadas. As sessões serão gravadas farão objeto de uma ata em vídeo, com as principais decisões e dúvidas que por ventura sejam discutidas.

## 2.2. Objetivos

Como forma de municiar o Executivo Municipal de instrumentos técnicos e legais, a elaboração do Plano Diretor Municipal de Braganey pretende implantar uma nova ótica para o desenvolvimento e para a produção do bem-estar da população.

De acordo com a sistemática proposta para a elaboração do Plano, dar-se-á ênfase especial à definição dos fatores mais significativos da realidade municipal, para que se atinjam os seguintes objetivos gerais:

- a. Cumprir a premissa constitucional da garantia da função social da cidade e da propriedade urbana;
- b. Abranger a área do território municipal como um todo, definindo diretrizes tanto no âmbito urbano, como no rural;
- c. Rever a regulação municipal e elaborar novos instrumentos legais;
- d. Considerar em seu conteúdo elementos referentes à Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná – PDU, os termos da Agenda 21 e o previsto nas legislações federal, estadual e municipal pertinentes;
- e. Considerar em seu conteúdo as condicionantes ambientais do Município, como a existência da Área de Proteção;
- f. Orientar a elaboração do Plano de Ação e Investimento Municipal, destinado, principalmente, ao estabelecimento de um programa de investimentos em obras e projetos municipais no âmbito local e estadual;
- g. Propor os mecanismos e instrumentos que possibilitem a implementação pelo Município de um sistema de atualização, acompanhamento, controle e avaliação constante do processo de planejamento;
- h. Assegurar a efetiva participação da população durante o processo de revisão do PD
- i. Questões referente ao Desenvolvimento Socioeconômico de Braganey;
- j. Questões referentes ao Desenvolvimento Institucional;
- k. Questões referentes ao Desenvolvimento territorial urbano e rural
- l. Questões referentes ao Desenvolvimento territorial Sustentável.
- m. Implantação do Plano Municipal de Turismo.



### **2.3. Etapas do Plano**

Em conformidade com os procedimentos relacionados no Termo de Referência do Edital de Tomada de Preço Nº 33/2022, resumidamente, a execução do Plano Diretor de Desenvolvimento de Braganey é concebida em 04 (quatro) fases, a seguir descritas:

- a. Fase 1 – Mobilização e Proposta Metodológica;
- b. Fase 2 – Análise Temática Integrada ou do Diagnóstico;
- c. Fase 3 – Diretrizes e Proposições;
- d. Fase 4 – Legislação e Implementação;

#### **2.3.1. Fase 1- Mobilização**

Mobilização e Proposta Metodológica, onde serão realizadas a divulgação e mobilização para a identificação dos agentes e grupos sociais, definição de equipes e respectivas atribuições, reuniões e eventos participativos, além da apresentação, discussão e aprovação da Proposta Metodológica do processo de revisão através da 1ª e 2ª audiências públicas (a serem definidas pelas equipes), caracterizando a primeira etapa como a de definição da estrutura de coordenação do processo de revisão do Plano Diretor.

Nesta fase serão elaborados:

- Cronograma físico de trabalhos.
- Proposição de métodos para os trabalhos.
- Avaliação da capacidade de gestão urbana- avaliação da capacidade institucional da administração municipal para desempenhar as funções pertinentes às áreas de planejamento e gestão urbana em conformidade ao Plano Diretor Municipal vigente.

#### **2.3.2. Fase 2- Avaliação Temática Integrada**

O levantamento de dados fundamenta todas as diretrizes que serão propostas através do Plano Diretor, bem como a definição das ações prioritárias, sendo para tal realizada uma compilação e uma integração das informações disponíveis em órgãos oficiais e outras oriundas dos levantamentos de campo.

Paralelamente à coleta de dados já disponíveis na Prefeitura serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Expedição de requerimento aos órgãos públicos, instituições, associações de classe, solicitando a listagem e o livre acesso aos documentos já existentes, os quais sejam importantes como fontes de consulta para a caracterização dos diversos aspectos municipais;

- Realização de pesquisa de opinião pública municipal, para se identificar os aspectos julgados como deficitários pela população, para que o Plano Diretor possa definir prioridades em seu Plano de Ação.

Para a consecução desta etapa serão utilizados inúmeros levantamentos de dados, cujas principais fontes se encontram indicadas na tabela que segue:

**Tabela 2.1.** Levantamento de Dados do Município de Braganey.

Área	Discriminação	Pesquisa
1- Situação do Município no contexto estadual	Macrorregião e Microrregião	IPARDES
	Rodovias de Acesso	DER-PR
	Estradas vicinais, etc...	IBGE
2- Aspectos Físicos	Coordenadas geográficas	IPARDES
	Municípios limítrofes	Prefeitura
	Área total do Município	IBGE
	Área urbana do Município	SUDERHSA
3- Aspectos Demográficos	Área rural do Município	
	População total	IBGE
	População urbana	IPARDES
	População rural	FUNAI
4- Dados históricos	Por setor/tipo, etc...	
	Histórico do Município	Prefeitura IBGE/IPARDES
5-Levantamento de Legislações existentes (institucional)	Lei do Perímetro Urbano	Prefeitura
	Lei do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo	
	Código de Obras	
	Código de Postura	
	Lei do Sistema Viário	
6- Levantamento dos Mapas Básicos do Município (Cartografia)	Planta do Município na escala 1:50.000 ou semelhante;	Prefeitura Paranacidade
	Planta da cidade nas escalas 1:5.000, 1:10.000, 1:20.000	SEMA SUDERSHA
	Mapa do uso e ocupação do solo	MINEROPAR
7- Estrutura físico-natural (recursos naturais)	Levantamento da hidrografia	IAP
	Levantamento do relevo	SEMA
	Levantamento da geologia	MINEROPAR

Área	Discriminação	Pesquisa
	Levantamento da vegetação Caracterização Climática	SUDERSHA
8-Infraestrutura e equipamentos urbanos	Saneamento básico Energia elétrica e iluminação pública Sistema viário e Pavimentação Transportes e Comunicação Equipamentos comunitários Escolas e creches Áreas rurais e residenciais Saúde Cultura e Lazer	Prefeitura BRASIL-TELECOM DER-PR COPEL SANEPAR INCRA Levantamentos
9- Caracterização da base econômica do Município e Caracterização dos setores econômicos	Primário Secundário Terciário	IBGE/IPARDES Prefeitura SEPA/SEAB EMATER IPARDES
10- Uso do solo urbano/ caracterização	Áreas residenciais Áreas comerciais Áreas industriais Vazios urbanos Habitação popular e sub-Habitação Densidades urbanas Coeficientes urbanísticos	Prefeitura levantamentos

Com apoio nas informações quali-quantitativas serão elaborados mapas, tabelas e textos explicativos que abrangem os seguintes temas:

#### Aspectos Regionais:

- Vocação e potencial estratégico do município dentro da região em que está inserido e os principais fatores que concorrem para o desenvolvimento municipal;
- Centralidade, área de influência e relações com municípios vizinhos;
- Principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças:

Do ponto de vista ambiental;

Do ponto de vista da infraestrutura;

Do ponto de vista socioeconômico;

Do ponto de vista da distribuição espacial da população (rural e urbana).

#### **Aspectos Ambientais:**

- Identificação das condições de clima, geomorfologia, condicionantes geotécnicos, declividades, hipsometria, vertentes, drenagens naturais, recursos hídricos, biota e áreas de preservação;
- Caracterização dos espaços potenciais para áreas de expansão urbana, de conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer, assim como locais para arborização pública tendo como referência espacial as bacias e as microbacias hidrográficas.

#### **Aspectos Socioeconômicos:**

- Avaliação de dados referentes à população, no mínimo dos últimos 10 anos, taxa de crescimento, evolução, densidade demográfica, migração, condições de saúde e educação/escolaridade, oferta de emprego, renda, consumo de água e energia, perfil produtivo, potencial produtivo (agropecuária, comércio, serviços, indústrias e turismo);
- Caracterização do potencial turístico do Município, incluindo os recursos naturais.

#### **Aspectos Socioespaciais:**

- Evolução urbana, o uso do solo urbano e a demanda por solo urbano atual e para os próximos 10 (dez) anos, identificando os principais entraves espaciais existentes;
- Tipologia de uso e ocupação do solo nas áreas de expansão urbana e rural;
- Análise da tipologia habitacional e da demanda;
- Identificação das áreas de ocupação irregular e clandestina, avaliando seu impacto ambiental e urbanístico;
- Identificação de áreas enfatizando a relação da densidade construtiva e da densidade demográfica com a capacidade de suporte da infraestrutura urbana (áreas com infraestrutura ociosa e áreas ocupadas com precariedade de infraestrutura).

#### **Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos:**

- Situação atual e evolução para os próximos 10 anos;
- Saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, resíduos sólidos);
- Sistema viário e transporte coletivo, circulação de pessoas inclusive transporte coletivo de empregados de empresas e transporte coletivo urbano, municipal e intermunicipal;

- Energia elétrica e iluminação pública;
- Telecomunicações;
- Equipamentos Sociais (equipamentos de saúde, educação, assistência social, cultura e esporte, segurança pública, recreação).

#### **Aspectos Institucionais:**

- Caracterização das unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal que se relacionam com a gestão do Plano Diretor Municipal - PDM.
- Análise da legislação vigente no município (Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Perímetro Urbano, Parcelamento do Solo, Sistema Viário, Códigos de Obras e Posturas, Lei de Procedimentos Administrativos).
- Análise inter-relacional da legislação federal, estadual e municipal pertinente;
- Sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os);
- Levantamento da evolução e estado atual das finanças públicas do município através de demonstração e análise de sua gestão orçamentária, financeira e patrimonial ao longo dos últimos dez resultados fiscais anuais. Tal levantamento de caráter evolutivo, além de possibilitar, ainda que parcialmente, uma verificação com relação ao cumprimento no município das principais normas legais e conceituais da gestão das finanças públicas.
- Levantamento das capacidades de investimento e endividamento atual e projeção da arrecadação própria municipal para os próximos 10 anos objetivando a possibilidade de melhor delimitar e priorizar os investimentos a serem caracterizados como necessários quando da futura eleição dos objetivos, diretrizes e metas no âmbito do Plano Diretor Municipal.

Todas as informações citadas estarão convenientemente especializadas em mapas, em escala adequada para a demonstração da informação, elaboradas as análises individualizadas de cada tema, sua inter-relação e inserção no contexto geral, permitindo uma visão ampla das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças locais. Nesta etapa deverão ser levantadas as expectativas do Governo do Município (Executivo e Legislativo) quanto aos objetivos e metas do desenvolvimento municipal, atual e para os próximos 10 anos, a serem alcançados com a implementação do Plano Diretor Municipal - PDM, com a consequente atualização e acompanhamento permanente.

### **2.3.3. Fase 3- Diretrizes e Proposições**

Posteriormente à apresentação da Avaliação Temática Integrada e da discussão conjunta dos resultados daquela fase com o Conselho de Acompanhamento do Plano, inicia-se o desenvolvimento das propostas do Plano Diretor Municipal propriamente dito, acompanhado de sua instrumentação legal.

O macrozoneamento caracterizará, em linhas gerais, as áreas conforme seus usos e ocupação atual e suas tendências de crescimento, as áreas tecnicamente adequadas ao desenvolvimento da cidade, as diretrizes viárias, os conflitos e os usos indevidos, considerando os zoneamentos já existentes e vigentes por força de legislação estadual e as potencialidades para um desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Como produto se obterá uma identificação das áreas com relação as suas aptidões e restrições aos diversos usos (urbanizáveis e não urbanizáveis).

Com base nas avaliações efetuadas, deverão ser elaboradas diretrizes para as ações institucionais, socioeconômicas e ambientais, bem como proposições para os aspectos físico-espaciais e de infraestrutura e serviços públicos, contemplando propostas de intervenção para curto, médio e longo prazos.

Para a concepção do macrozoneamento o embasamento físico-territorial-ambiental deverá considerar as bacias e microbacias hidrográficas. O Macrozoneamento embasará o futuro zoneamento, quando cada macrozona dará origem a distintas zonas, que definirão o uso e a ocupação do solo do município.

Estas representarão, em síntese, as proposições necessárias para o desenvolvimento integrado do Município, além de indicar as principais ações que deverão ser implementadas para suprir as atuais deficiências e considerando as expectativas da comunidade.

### **2.3.4. Fase 4- Legislação e Implementação do Plano de Ação e Investimento (PAI)**

Os principais instrumentos legais que consolidarão o planejamento do município são:

- Lei do Plano Diretor:

A Lei do Plano Diretor deve sintetizar os instrumentos de planejamento que permitirão a evolução da qualidade de vida e da melhoria da infraestrutura da cidade, objetivando a preservação do ambiente para a atual e as futuras gerações, incluindo as Diretrizes e Proposições de Desenvolvimento Municipal, o macrozoneamento e os instrumentos de planejamento, gestão e acompanhamento.

Atualmente está implementada e será revisada a Lei Complementar 502/2012.

- Lei do Perímetro Urbano:

Define o território urbano da sede do município e de seus eventuais distritos, devendo estar articulado com as Leis do Parcelamento do Solo e de Zoneamento, indicando, inclusive as possíveis áreas de expansão urbana.

Atualmente está implementada e será revisada a Lei Complementar 503/2012.

- Lei do Parcelamento do Solo Urbano:

Define as normas e procedimentos para qualquer tipo de alteração nas dimensões das propriedades urbanas, sejam loteamentos, desmembramentos ou remembramentos, seja em áreas urbanas ou em zonas de uso especial (APAs), estabelecendo, inclusive, critérios para a regularização fundiária, proposição de áreas para loteamentos populares (ZEIS), faixas de servidão, faixas de proteção, áreas e pontos de interesse turístico e outras peculiaridades.

Atualmente está implementada e será revisada a Lei Complementar 504/2012 instituída pelo Plano Diretor Municipal vigente.

- Lei de Uso e Ocupação do Solo:

Define os parâmetros e os gabaritos construtivos, bem como os usos funcionais do solo, sem prejuízo dos limites e demais dispositivos legais determinados pela Lei do Perímetro Urbano. Para as zonas urbanas são definidos parâmetros urbanísticos, máximos e mínimos, entre eles: coeficientes de aproveitamento, taxa de ocupação, gabarito de altura, recuos e afastamentos de divisas e, principalmente, a classificação de usos por zonas. Para as áreas rurais os parâmetros propostos devem estar fundamentados nas condicionantes ambientais e nas potencialidades de exploração econômica.

Atualmente está implementada e será revisada a Lei Complementar 505/2012 instituída pelo Plano Diretor Municipal vigente.

- Lei do Sistema Viário:

Definem a hierarquização das vias, o traçado básico do sistema viário, as diretrizes para arruamento, os gabaritos das vias, as caixas de rolamento, as dimensões das calçadas, dos canteiros, e o planejamento de futuras modificações do sistema viário.

Atualmente está implementada e será revisada a Lei complementar 506/2012, instituída pelo Plano Diretor Municipal vigente.

- Lei do Código de Obras:

Dispõe sobre as exigências para a execução de obras e serviços de construção a serem realizados no território municipal.

Atualmente está implementada e será revisada a Lei Complementar 507/2012, instituída pelo Plano Diretor Municipal vigente.

- Lei do Código de Posturas:

Define as medidas de polícia administrativa em matéria de higiene, segurança, ordem pública e bem-estar comum, que deverão ser respeitados no âmbito municipal.

Atualmente está implementada e será revisada a Lei Complementar 508/2012, instituída pelo Plano Diretor Municipal vigente.

Nota: Estas leis serão acompanhadas de mapas, quando for o caso, permitindo uma visão espacial dos instrumentos legais que condicionam o desenvolvimento urbano.

Faz parte desta etapa, inclusive, a concepção dos procedimentos administrativos e do fluxo de documentos da administração municipal, prevendo como deverá ser aplicada a legislação do planejamento municipal, quais os meios de gestão e monitoramento da Administração Municipal e a sua forma de implementação.

Dentre os instrumentos administrativos e normas a serem propostas deverão estar incluídas propostas para:

- Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura, se necessária;
- Organização ou compatibilização do sistema de informações para o planejamento e a gestão municipal;
- Construção de indicadores para a avaliação anual de desempenho do processo de planejamento e gestão municipal;

O Plano de Ação e Investimentos deverá indicar as ações e projetos prioritários indicados pelo Plano Diretor Municipal, com estimativa de custos e hierarquia de prioridades definida, para os 05 (cinco) anos seguintes, em compatibilidade com a avaliação da capacidade de endividamento e de arrecadação municipal futura.

Ainda nesta etapa final deverá ser encaminhada a versão final do PDMJUR, o qual será apresentado sob forma de um documento público, contendo os textos e o material gráfico ilustrativo necessário à sua compreensão, divulgação e futura implantação, consubstanciado em etapas conforme prevê o cronograma físico de entrega dos trabalhos e o Termo de Referência.



### 3. CRONOGRAMA

O desenvolvimento do Plano Diretor de Desenvolvimento de Braganey deverá, portanto, seguir as fases mencionadas anteriormente, as quais estarão vinculadas ao cronograma a seguir exposto.

**Quadro 3.1.** Cronograma físico de desenvolvimento da revisão do plano diretor municipal de Braganey.

CRONOGRAMA FÍSICO DE DESENVOLVIMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BRAGANEY															
FASE	ITEM TR	ATIVIDADES	2023	2024										PRAZO DO CONTRATO	
			DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT		
FASE 01	3.1.1	Reunião Técnica de Assinatura do contrato de prestação de serviços													
	2.1	Cronograma físico													
	2.2	Metodologia de trabalho													
	3.1.2	Reunião Técnica de Preparatória													
	2.3	Planejamento e gestão urbana													
	3.1.3	Oficina Leitura Técnica - Avaliação do desempenho do planejamento e gestão urbana													
	3.1.4	1ª Audiência Pública - Apresentação do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal													
		RELATORIO DE ATIVIDADES (Fase 1)													
FASE 02	Parte 1	3.1.5	Reunião Técnica Capacitação (Parte 1)												
		2.4	Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos												
		2.5	Uso e ocupação atual do solo												
		2.6	Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos												
				RELATORIO DE ATIVIDADES (Fase 2- parte 2)											
	Parte 2	3.1.5	Reunião Técnica Capacitação (Parte 2)												
		2.7	Uso e ocupação do solo atual, meio ambiente e as capacidades de atendimento qualitativo e quantitativo de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos												
		2.8	Expansão urbana, meio ambiente e as capacidades de atendimento qualitativo e quantitativo de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos												
		2.9	Condições gerais de moradia e fundiárias												
				RELATORIO DE ATIVIDADES (Fase2- parte 2)											
	Parte 3	3.1.5	Reunião Técnica Capacitação (Parte 3)												
		2.10	Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana												
		2.11	Capacidade de investimento do município												
		2.12	Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes												
2.13		Síntese da Análise Temática Integrada													
2.14		Objetivos para o desenvolvimento municipal													
3.1.6		Oficina de Leitura Técnica e Comunitária - "Análise Temática Integrada"													
3.1.7		2ª Audiência Pública - "Análise Temática Integrada"													
		RELATORIO DE ATIVIDADES (Fase 2- parte 3)													

FASE 03	3.1.8	Reunião Técnica Capacitação																		
	2.15	(Re)ordenamento territorial																		
	2.16	Propostas para garantir os direitos à cidade sustentável																		
	2.17	Instrumentos urbanísticos																		
	3.1.9	Oficina Leitura Técnica e Comunitária - "Diretrizes e propostas para uma cidade sustentável"																		
	3.1.10	3ª Audiência Pública - "Diretrizes e propostas para uma cidade sustentável"																		
		RELATORIO DE ATIVIDADES (Fase 3)																		
FASE 04	3.1.11	Reunião Técnica Capacitação																		
	2.18	Plano de Ação e Investimento - PAI																		
	2.19	Institucionalização do PDM																		
	2.20	Sistema de planejamento e gestão do PDM																		
	2.21	Estrutura organizacional																		
	3.1.12	Oficina Leitura Técnica e Comunitária - "Plano de Ação e Investimento e Institucionalização do PDM"																		
	3.1.13	4ª Audiência Pública - "Plano de Ação e Investimentos e Institucionalização do PDM"																		
	3.1.15	Reunião técnica de consolidação																		
	3.1.16	Reunião técnica de coordenação e capacitação																		
		RELATORIO DE ATIVIDADES (Fase 4)																		
		Versão preliminar do Volume do Plano Diretor																		
	3.1.14	Conferência da revisão do Plano Diretor Municipal - Pactuação do Plano Diretor Municipal																		
	Versão Final do Volume do Plano Diretor																			

LEGENDAS:  Desenvolvimento  Entrega  Prazo do TR  Reuniões e oficinas  Audiências  Conferência

#### **4. AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GESTÃO URBANA**

A partir da leitura dos apontamentos realizados na elaboração do Plano Diretor Municipal de Braganey – PR, entregue no ano de 2012, é possível entender as proposições que se vislumbravam na época para o desenvolvimento do município.

Porém, este planejamento que está balizado pelas diretrizes e proposições, com sua aplicação orientada pelo plano de ação pode sofrer alterações ao longo do tempo, por ocorrer incompatibilidades e mudanças estruturais no município.

Assim, a partir da leitura destes documentos e em conversas e visitas aos setores e secretarias do município, foi possível entender o que foi aplicado total ou parcialmente das ações previstas, bem como, o que não teve êxito, das previsões elaboradas em 2012.

Desta forma, pretende-se neste documento apontar um resumo desta situação, já apresentada para a equipe técnica municipal e com a realização da leitura da mesma para as secretarias envolvidas para apreciação e apontamentos.

Espera-se que a partir deste documento e com uma nova Análise Técnica Integrada se adequem e se elaborem novas diretrizes, proposições e ações para a gestão do referido município.

##### **4.1. Avaliação das Diretrizes E Proposições Do PDM Vigente**

Avaliação da capacidade institucional da administração municipal de Barracão, realizada em 2012, para desempenhar as funções pertinentes às áreas de planejamento e gestão urbana, apontou para os seguintes aspectos:

1. Institucionais;
2. Socioeconômicas;
3. Ambientais;
4. Físico-espaciais;
5. Infraestrutura;
6. Serviços públicos.

Com o objetivo de poder avaliar de forma permanente a implementação do Plano Diretor Municipal, foram construídas algumas tabelas de Indicadores na implementação do PDM-2012. Esses indicadores são Instrumentos de Monitorização, que permitirão analisar o desempenho da Gestão Urbana implementada através do Plano Diretor e serão avaliados abaixo.

#### **4.1.1. Diretrizes para a atualização dos instrumentos de política e planejamento urbano e rural e para a institucionalização da gestão democrática**

- Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de forma a adaptá-la para o novo sistema de planejamento a ser implantado com o Plano Diretor Municipal;
- Incremento da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças para a gestão do Plano Diretor Municipal;
- Criação de instrumentos de planejamento e gestão;
- Otimização de um sistema de informações estruturado e permanentemente atualizado – Banco de Dados do PDM;
- Criação de mecanismos de monitoramento das ações e avaliação dos resultados;
- Promoção da participação comunitária na formulação de políticas públicas, através das audiências públicas e incentivo a projetos comunitários;
- Adequação do cadastro imobiliário.

#### **Avaliação**

- ✓ Não houve adequação da estrutura organizacional.
- ✓ Foi instituída a Secretaria de Planejamento, Secretaria de Administração Departamento de Contabilidade que cuida das finanças.
- ✓ Não há instrumentos de avaliação de desempenho das secretarias.
- ✓ Há um banco de dados permanente e atualizado de informações através do Portal da Transparência.
- ✓ Atualmente ocorrem audiências públicas na área urbana e em comunidades rurais para definição de prioridades em projetos e apresentação de prestação de contas.
- ✓ Ainda não foi realizado a adequação do cadastro imobiliário.

Além do incremento da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, a participação de outros órgãos colegiados se fazia necessária ao processo de planejamento quando o PDM foi implantado. São eles:

- Implementação do Conselho da Cidade e respectivo Fundo Municipal da Cidade;
- Implementação da Conselho do Plano Diretor Municipal (CPDM).
- Propor ao Conselho da Cidade os objetivos estratégicos no início de cada gestão administrativa, ouvidos os demais órgãos;

- Coordenar as revisões do Plano Diretor Municipal;
- Propor adequações na legislação urbanística;
- Orientar programas e obras governamentais segundo os objetivos, políticas e prioridades do Plano Diretor Municipal;
- Compatibilizar, quando do interesse do Município, os planos e projetos de desenvolvimento urbano com propostas regionais ou de municípios vizinhos;
- Assegurar a participação dos munícipes e de suas entidades representativas em todas as fases do processo de planejamento urbano.

#### **Avaliação:**

- ✓ O conselho municipal da cidade foi implantado através da Lei 013.09/2006, porém não há um fundo municipal deste conselho.
- ✓ As reuniões de conselho ocorrem de forma esporádica.
- ✓ A última Conferência da Cidade ocorreu no dia 13/12/2023, instituindo novos membros para o conselho municipal da cidade.
- ✓ Ainda não há um sistema de avaliação de implantação do PDM ou de monitoramento e gestão das informações do planejamento e aplicação das metas do PDM.

#### **4.1.1.1. Diretrizes para a institucionalização da Gestão Democrática**

- Implantação do Orçamento Participativo;
- Realização de seminários frequentes nos bairros e localidades rurais;
- Debates, audiências e consultas públicas;
- Estudo de Impacto de Vizinhança;
- Projetos e programas específicos;
- Iniciativa popular de projetos de lei;
- Assembleias de planejamento e gestão territorial.

#### **Avaliação:**

- ✓ Das diretrizes acima elencadas, apenas as audiências públicas, consultas públicas e debates ocorrem no município. As demais diretrizes não foram executadas.

#### **4.1.2. Propostas para implantação e aprimoramento de um sistema de informações para o planejamento e gestão municipal**

##### **4.1.2.1. Diretrizes para implantação de um Sistema Único de informações (SUI)**

- Criação de um sistema georreferenciado com interfaces amigáveis;

- Investimentos na capacitação e treinamento de pessoal;
- Compatibilização e integração entre os sistemas existentes;
- Aquisição de imagem de satélite do território municipal e nas áreas urbanas, imagem de alta resolução;
- Criação de aplicativos de Uso e Ocupação do Solo;
- Criação de aplicativos de Ordenamento do Sistema Viário;
- Criação de aplicativos da Gestão de Transportes;
- Criação de um Sistema de Gestão Ambiental, que permita a construção de indicadores.

### **Avaliação**

- ✓ Não há um sistema georreferenciado no município, nem imagens de satélite ou aerolevanteamento.
- ✓ São realizados capacitações e treinamento em todos os setores da prefeitura municipal.
- ✓ Há um único sistema de dados para todos os setores da prefeitura municipal.
- ✓ A gestão das leis de Uso e Ocupação do Solo e Ordenamento do Sistema Viário é feita pela Secretaria de Planejamento, mas não por aplicativos.
- ✓

### **4.1.3. Diretrizes para dinamização e ampliação das atividades econômicas dos setores produtivos**

#### **4.1.3.1. Setor Primário – Agropecuário**

- Investir na estruturação e organização de Agroindústrias;
- Promover a agricultura orgânica e familiar, principalmente nas áreas rurais adjacentes ao perímetro urbano;
- Aumentar as linhas de financiamento e crédito à atividade agrícola;
- Incentivar a criação de programas de acompanhamento técnico aos produtores rurais;
- Melhorar a disponibilização de serviços da patrulha rural, especialmente para os pequenos produtores rurais;
- Manter a eficiência dos poços que abastecem as propriedades rurais;
- Promover a gestão ambiental, através da conservação dos solos, gestão por microbacias e proteção de matas ciliares;

- Promover a fabricação de produtos coloniais;
- Criação de Política de desenvolvimento agropecuário e paisagismo rural.

### **Avaliação**

- ✓ Não há projetos nem leis de incentivo à agroindústria.
- ✓ Há feira municipal de produtos orgânicos e familiar semanalmente aos sábados.
- ✓ A secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Turismo promove cursos de capacitação recorrentes aos agricultores do município, bem como assistência técnica com programas como a Nota do produtor, entre outros.
- ✓ O IDR-Paraná também promove cursos de incentivo e orientações aos agricultores.
- ✓ Não há patrulha rural no município.
- ✓ Há duas redes de abastecimento de água com poços tubulares profundos em construção em 2 comunidades que irá atender 70 famílias nos próximos meses.
- ✓ O município realizou, em parceria com a ITAIPU, projetos de conservação do solo.
- ✓ A secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Turismo promove projetos de incentivo à fabricação de produtos coloniais e presta auxílio a associação dos produtores de sericultura.
- ✓ São disponibilizados ainda diversos cursos em parceria com o SENAR, como curso de pilotagem de máquinas agrícolas, de drones, curso de doma de equinos, culinária, inseminação, entre outros.

#### **4.1.3.2. Setor Secundário – Indústrias**

- Consolidar o setor industrial do Município como espaço físico, disciplinando a expansão deste;
- Apoiar as micro, pequenas e médias empresas com políticas municipais específicas;
- Número de feiras anuais do Comércio, Indústria e Artesanato;
- Incentivar a implantação de mais indústrias não poluentes.

### **Avaliação**

- ✓ Não há projetos de incentivo à indústria ou a empresas no município.
- ✓ O município disponibiliza de cursos em parceria com o SENAI e SEBRAE para fomento às atividades industriais e comerciais e de geração de renda.

#### **4.1.3.3. Setor Terciário – Comércio e Prestação de Serviços**

- Fortalecer as atividades comerciais do Município através da estruturação e consolidação do centro urbano;
- Capacitação da mão-de-obra para o mercado de trabalho;

#### **Avaliação**

- ✓ Não há projetos e leis de incentivo à indústria ou a empresas no município.
- ✓ O município disponibiliza de cursos em parceria com o SENAI e SEBRAE para fomento às atividades comerciais e de geração de renda, além de capacitação à população.
- ✓ O município disponibiliza aos empresários suporte através da Sala do Empreendedor.

#### **4.1.3.4. Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo**

- Otimizar o aproveitamento econômico do potencial turístico do Município, como fonte de empregos e geração de renda;
- Estruturar um projeto da área central do município para caminhadas e uso de lazer pela população;
- Adquirir e estruturar área própria para a realização da Festa do Município;
- Estimular o Turismo Ecológico Rural em propriedades agrícolas;
- Criar um roteiro turístico de referência no Município;
- Estimular a construção e reformas de equipamentos de hospedagem na sede urbana;
- Fortalecer as atividades gastronômicas já existentes;
- Consolidar as festas tradicionais do Município;
- Promover a integração turística com outros municípios.

#### **Avaliação**

- ✓ O município em 2023 promoveu a Romaria com ciclismo que contou com uma rota que saiu de Cascavel até o município. Estiveram presentes mais de 600 ciclistas
- ✓ Atualmente o departamento de Turismo está cadastrando as propriedades rurais que tem interesse no Turismo Ecológico Rural.
- ✓ Há projetos de leis de incentivo ao Turismo como geração de renda.



#### 4.1.4. Diretrizes para o saneamento ambiental

- Buscar o equilíbrio entre as atividades humanas e o meio ambiente;
- Buscar, através do princípio da sustentabilidade, o uso dos recursos ambientais;
- Promover a recuperação ambiental (conjunto de ações que permitam a reversão de processos de degradação das condições físicas, químicas e biológicas do ambiente);
- Promover a inclusão social de maneira a garantir a sustentabilidade das políticas públicas ambientais.
- Criar mecanismos de conscientização sobre a destinação de embalagens em geral e coleta seletiva;
- Criar mecanismos de conscientização para o uso adequado dos agrotóxicos;
- Criar mecanismos de conscientização juntamente com dispositivos de fiscalização para conservação de solo;
- Destinação e tratamento de esgoto;
- Limitação de empreendimentos rurais, com relação a proximidade do perímetro urbano, que comprometam o bem-estar da população deste perímetro;
- Cumprimento legal para tratamento de efluentes e gases poluentes gerados por qualquer empreendimento que possui característica poluidora;
- Controle do entulho na cidade;
- Controle da poda de árvores na cidade;
- Criação de mecanismo para combater o uso de agrotóxicos junto ao perímetro urbano e conter a queima de lixo;
- Normas e condições para se permitir a permanência de maquinários agrícolas no centro da cidade (pulverizadores, semeadeiras);
- Criação de normas vislumbrando as sepulturas vazias ou abandonadas, que devem ser assunto da vigilância sanitária. Podendo essa tomar providências cabíveis, inclusive para situações de sepultamento de indigentes ou famílias carentes;
- Políticas públicas de conscientização da importância do consumo de água tratada na área rural;
- Levantamento das nascentes e minas superficiais e sua revitalização;

- Todo o empreendimento residencial, comercial ou industrial com área de cobertura igual ou superior a 120 m<sup>2</sup>, deverá contar com um Sistema de Captação e Reserva de água da chuva para utilizá-la em banheiros, limpeza em geral e irrigação, entre outras finalidades nas quais não se faça necessário o uso de água potável;
- Todo empreendimento comercial ou industrial que faça uso de caldeiras ou processos de limpeza com alta demanda de água, independentemente das dimensões da área construída, deve instalar um Sistema de Captação e Reserva de água da chuva, ou outro sistema similar, minimizando a sua dependência da água tratada da rede pública de abastecimento do município;
- O Sistema de Captação e Reserva de água da chuva, ou outro sistema similar deverá ser projetado para atender a demanda emergencial do empreendimento em casos de estiagem ou interrupções eventuais no abastecimento de água da rede pública municipal;
- Para conceder o “habite-se”, toda edificação residencial deverá possuir reservatório de água potável, com capacidade de abastecimento de, no mínimo, 500 L (quinhentos litros) por família.

#### **Avaliação**

- ✓ O município dispõe de projetos de preservação de minas d’água, preservação de encostas e parceria com a ITAIPU para levantamento de curvas de nível, assim como de recuperação de área de preservação permanente e reserva legal.
- ✓ Não há mecanismos de monitoramento da qualidade da água nos rios do município.
- ✓ Não há parques ambientais no município.
- ✓ Há coleta seletiva de resíduos recicláveis e orgânicos, bem como de resíduos agrotóxicos.
- ✓ O município dispõe de um conselho de meio ambiente.
- ✓ Há plano de arborização e controle de podas no município.
- ✓ O município criou uma lei de regulamentação da gestão e disposição de resíduos no cemitério municipal.
- ✓ O município realiza um projeto de levantamento das nascentes e minas superficiais para revitalização.

#### **4.1.4.1. Diretrizes para o abastecimento de água**

No abastecimento de água, para execução do Plano de Saneamento Ambiental, eram necessárias algumas ações:

- Elaborar um estudo prospectivo da demanda de abastecimento público;

- Garantir o abastecimento de água, através da perfuração de novos poços, manutenção dos existentes, abastecedouros e redes de distribuição;
- Conscientizar a população quanto à correta utilização da água;
- Manter o cadastro dos usuários do sistema de abastecimento d'água, permanentemente atualizado;
- Realizar estudos hidrogeológicos;
- Criar mecanismos de informação à população sobre os resultados dos serviços oferecidos sejam resultados bons ou não;
- Implantar e operar laboratório de bacteriologia e análise hídrica;
- Realizar projetos de recuperação de cursos d'água, nascentes e solos;
- Controlar a ocupação do solo nas áreas próximas aos poços de captação de água subterrânea;
- Promover a educação ambiental da população, no sentido de adotar medidas de diminuição do consumo de água frente ao quadro de escassez;
- Elaborar o Plano de Recursos Hídricos.

#### **Avaliação**

- ✓ Há um plano de Saneamento Básico no Município que faz a previsão da prospecção da população, estudo hidrogeológico, diagnóstico do saneamento e metas para o saneamento ambiental.
- ✓ Não há projetos relacionados ao consumo consciente de água.
- ✓ Das demais diretrizes propostas, há apenas um projeto de recuperação de nascentes e cursos d'água. As demais não foram executadas.

#### **4.1.4.2. Diretrizes para o sistema de esgotamento sanitário**

Para implantação do Plano de Saneamento Ambiental deveria se objetivar a implantação gradual de sistema de coleta e tratamento de esgoto, de forma economicamente e ambientalmente correta, principalmente nas áreas urbanas, com ações diversificadas que regulem e controlem a exigência de tratamento dos efluentes domésticos e outros, para a eliminação de riscos de transmissão de doenças e proteção do meio ambiente.

#### **Avaliação**

- ✓ Atualmente não foi implantado sistema de esgotamento sanitário no município.

#### **4.1.4.3. Diretrizes para o sistema de drenagem pluvial**

- Preservar e recuperar, sempre que possível, a permeabilidade do solo urbano;
- Manter limpos os cursos d'água, os canais e galerias do sistema de drenagem;
- Tratar os fundos de vales, cobertos ou descobertos, paisagisticamente, de modo a garantir o escoamento e ocasionalmente, reter temporariamente as águas de chuvas excessivas.

##### **Avaliação**

- ✓ O município disponibiliza infraestrutura de drenagem urbana em 70% da mancha urbana existente, com manutenção e limpeza periódica e sempre que necessário.

#### **4.1.4.3. Diretrizes para o sistema de limpeza pública**

As diretrizes relacionadas à limpeza pública são no sentido de assegurar às áreas urbanizadas: a varrição, coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos; o aproveitamento econômico dos resíduos; a promoção de um plano de tratamento e disposição final de resíduos sólidos (com ênfase nas soluções de alta tecnologia); a promoção da recuperação das áreas que foram utilizadas inadequadamente para disposição de resíduos sólidos domiciliares; a exigência da recuperação de áreas degradadas por particulares, por disposição inadequada de resíduos sólidos.

##### **Avaliação**

- ✓ O município instituiu o Plano de Resíduos Sólidos que faz o planejamento da gestão dos diversos tipos de resíduos gerados dentro do município.
- ✓ Há associação de catadores que faz a seleção dos resíduos recicláveis.
- ✓ Há varrição das ruas periodicamente.

#### **4.1.4.4. Diretrizes para a Coleta e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos, Hospitalares e Industriais**

- Ampliação do sistema de coleta de lixo, com reorganização especial das bases do serviço, descentralização operacional e racionalização dos roteiros de coleta;
- Implantação progressiva do sistema de coleta seletiva, tanto nas áreas urbanas quanto rural;
- Levantamento das características dos resíduos produzidos;
- Intensa campanha de informação, conscientização e mobilização das comunidades, das entidades e empresas locais, quanto à necessidade de ser solucionada a disposição dos resíduos;

- Necessidade da participação efetiva da comunidade visando o combate e erradicação dos despejos indevidos e acumulados de resíduos em terrenos baldios, logradouros públicos, pontos turísticos, rios, canais, valas e outros locais;
- Aquisição de terreno próprio.

#### **Avaliação**

- ✓ O município instituiu o Plano de Resíduos Sólidos que faz o planejamento da gestão dos diversos tipos de resíduos gerados dentro do município.
- ✓ O município adquiriu terreno próprio para o aterro sanitário, mas está desativado. O serviço de coleta de rejeitos é terceirizado.
- ✓ O município instituiu o Plano de Resíduos Sólidos que faz o planejamento da gestão dos diversos tipos de resíduos gerados dentro do município.
- ✓ Há associação de catadores que faz a seleção dos resíduos recicláveis.
- ✓ A prefeitura municipal tem projetos sobre reciclagem e reutilização junto à população.

#### **4.1.4.5. Diretrizes quanto à coleta e disposição final de resíduos sólidos hospitalares e industriais.**

- A coleta e disposição final de resíduos industriais e hospitalares é fator importante para a preservação da saúde da população;
- O resíduo hospitalar patogênico será selecionado no próprio estabelecimento, com coleta e distinção de acordo com estudos ambientais e legislação própria, em função das características dos elementos componentes do lixo provenientes do hospital e unidades de saúde;
- Será instituída a corresponsabilidade entre poder público e sociedade na gestão de resíduos sólidos;
- Serão incentivadas as práticas de redução, triagem, reciclagem e qualificação ambiental dos sistemas de coleta e tratamento por parte dos geradores e produtores industriais.

#### **Avaliação**

- ✓ O município instituiu o Plano de Resíduos Sólidos que faz o planejamento da gestão dos diversos tipos de resíduos gerados dentro do município.
- ✓ O município terceiriza a coleta dos resíduos hospitalares que dá a destinação correta aos resíduos.

#### **4.1.5. Diretrizes para a proteção ao patrimônio natural, paisagístico e cultural**

As diretrizes relativas à proteção do patrimônio natural, paisagístico e cultural do Município incluem:

- Valorizar e estimular a cultura da população, representada em suas festas e tradições;
- Valorizar e estimular a preservação e a conservação do patrimônio cultural da cidade, através de processos de tombamento de edificações de valor histórico e cultural;
- Desenvolver o potencial turístico com ênfase no patrimônio cultural e natural;
- Promover a educação ambiental;
- Recuperar matas ciliares, bem como controlar a poluição hídrica e proteger as nascentes dos cursos d'água
- Promover a gestão por microbacias hidrográficas;
- Adequar o adensamento urbano à capacidade de suporte do meio físico
- Padronizar e promover a arborização de vias públicas
- Controlar a manutenção de parques, praças e demais espaços verdes significativos;
- Diminuir a utilização de agrotóxicos, bem como controlar a destinação das embalagens destes
- Recuperar e manter em bom estado as estradas rurais

#### Avaliação

- ✓ Há projetos de valorização da cultura junto às comunidades e na sede do município. Destacando-se a Romaria Ciclística ao Santuário Nossa Senhora da Salette que movimenta a sede e os moradores das comunidades em que passa o roteiro ciclístico.
- ✓ O município conta com um grande parque e Santuário de Nossa Senhora da Salette na sede do município, além da Praça Agenor Largura, Praça Padre Paulo.
- ✓ Há o plano de arborização que regula a padronização da arborização em vias públicas, poda, espécie, entre outras determinações.
- ✓ O município dispõe de programa de coleta de embalagens de agrotóxicos.
- ✓ As estradas rurais estão frequentemente em processo de manutenção e recuperação e há vários projetos de pavimentação dos principais trechos de estradas rurais.

#### **4.1.6. Diretrizes e procedimentos quanto às ocupações irregulares**

O Plano Diretor deve incidir diretamente nas diretrizes locais da política habitacional, onde foram propostas as seguintes ações:

- Induzir o repovoamento das áreas centrais e vazios urbanos, destinando áreas infraestruturadas na cidade para provisão de habitação de interesse social;

- Democratizar o acesso ao solo urbano e à própria cidade para a população de baixa renda, reconhecendo a necessidade de inserção social e espacial dos assentamentos informais na malha urbana e na própria vida da cidade;
- Atualizar o Cadastro das famílias dessas ocupações, afim de mostrar o quadro habitacional do município, seu déficit habitacional e as faixas de renda familiar atingidas, quais as características das habitações de baixa renda.
- Definir a Zona Especial de Interesse Social no novo Zoneamento Urbano;
- Prever todas estas diretrizes no Plano de Habitação de Interesse Social Simplificado;
- Promover audiências públicas para que a população participe em todas as etapas e propostas descritas acima. Somente com essa participação a política e projetos deverão promover espaços mais equilibrados mantendo a população nos espaços requalificados, urbanizados.

#### Avaliação

- ✓ Há várias áreas de habitação de interesse social no município.
- ✓ Dentro da Lei de Uso e Ocupação do Solo vigente, foram destinadas algumas áreas para Zona Especial de Interesse Social.
- ✓ Há no município um conselho que cuida do Plano de Habitação de Interesse Social.
- ✓ Foi implantado O Imposto Predial e Territorial Urbano- IPTU Progressivo para incentivar a edificação em vazios urbanos.

## 4.2. Avaliação do Plano de Ação e Investimentos- PAI vigente

### 4.2.1. Política de desenvolvimento Urbano e Municipal

**Diretriz**  
Estratégia

**Garantia de Oferta de Serviços a toda a População**

Estabelecer Programas e reeducação para eliminação da desigualdade social

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programas de qualificação de mão de obra	1	Und	Executado
2	Longo	Estimular o fomento da agroindústria familiar	1	Und	Executado
3	Longo	Implantação da feira de comercialização	1	Und	Executado

**Diretriz** **A visão sustentável na gestão do meio ambiente**  
**Estratégia** Elaborar e implantar Programa de Educação Ambiental

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Recuperação de nascente e projeto colhendo água boa.	1	Unid.	Executado
2	Longo	Educação ambiental na coleta seletiva.	1	Unid.	Executado
3	Longo	Formação continuada dos agentes ambientais.	1	Unid.	Executado parcialmente;

**Diretriz** **Racionalização do Uso e ocupação do solo urbano**  
**Estratégia** Compatibilizar uso e ocupação do solo, evitando impacto na vizinhança

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Regulamentar os usos industriais e comerciais para evitar a poluição ambiental.	1	Regulamentação	Executado parcialmente
2	Longo	Regulamentar o uso e ocupação do solo por atividades econômicas em áreas residenciais.	1	Regulamentação	Executado parcialmente
3	Longo	Regulamentar as áreas de interesse público para implantação de equipamentos urbanos.	1	Regulamentação	Executado parcialmente
4	Médio	Promover estudos de adequação de lotes já urbanizados e edificados em áreas de preservação ambiental.	1	Estudo	Executado parcialmente

**Diretriz** **Gestão Democrática e Participativa**  
**Estratégia** Ter a participação da população nas decisões públicas através de Conselhos

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programa de implantação e fortalecimento dos conselhos municipais	1	Unid.	Executado parcialmente

**Estratégia** Realizar Marketing Institucional

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Promover campanha institucional de informação e orientação à comunidade.	1	Unid.	Executado parcialmente
2	Longo	Informação através do Portal de Transparência.	1	Unid.	Executado



**Diretriz** **Garantia de que a ação pública do poder executivo e legislativo ocorra de forma planejada e participativa**

**Estratégia** Programa de Capacitação de Recursos Humanos

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estruturar e qualificar o quadro funcional para atuação da gestão pública.	1	Unid.	Executado parcialmente
2	Longo	Contratar profissionais habilitados	1	Unid.	Executado parcialmente
3	Longo	Promover programa de comunicação e cooperação interna entre os servidores	1	Unid.	Executado

**Estratégia** Implantação de Organização e Métodos

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programa de organização e métodos abrangendo: fiscalização, controle interno, planejamento orçamentário e financeiro, regimento interno, fluxo de papéis e rotinas de trabalho, sistematização de informações, avaliação e competências individuais e atribuições por cargo.	1	Programa	Executado parcialmente

**Estratégia** Programa de Acompanhamento de desempenho dos funcionários

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programa de acompanhamento de desempenho dos funcionários abrangendo: procedimento de avaliação, medidas disciplinares e revisão do Estatuto do Servidor.	1	Programa	Executado parcialmente

\* Não há custos. O mesmo é feito por uma comissão interna de avaliadores.

**Diretriz** **Dinamização socioeconômica e garantia do bem-estar do cidadão e melhoria da qualidade de vida**

**Estratégia** Propiciar atendimento eficaz e eficiente aos cidadãos

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programa que vise o atendimento de pessoas com dependência de álcool	1	Equipe	Executado

2	Longo	Estabelecer programa que vise o atendimento de pessoas com dependência de substâncias químicas	1	Programa	Executado
---	-------	------------------------------------------------------------------------------------------------	---	----------	-----------

#### 4.2.2. Estabelecimento De Uma Sistemática Permanente De Planejamento

**Diretriz** **Aproveitar os negócios já existentes (agroindústrias, comércio, educação, serviços, etc.) para a geração de outros, num efeito cadeia, multiplicador.**

**Estratégia** Eliminar desigualdade social

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programa para exploração do turismo religioso, ecoturismo, de negócios e eventos, gerando emprego e renda	1	Unid.	Executado
2	Longo	Estabelecer programa de desenvolvimento da agroindústria.	1	Unid.	Executado parcialmente

**Estratégia** Otimizar a mobilidade e entroncamento rodoviário

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programa de otimização do transporte público	1	Programa	Executado
2	Longo	Melhorar a trafegabilidade de algumas estradas que dão acesso aos empreendimentos e utensílios públicos.	1	Programa	Executado parcialmente
3	Longo	Programa melhoria de sinalização viária	1	Programa	Executado parcialmente

**Diretriz** **Realizar a Gestão Participativa**

**Estratégia** Implementação de equipe para planejamento permanente do PDM.

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estruturar e qualificar equipe de planejamento do PDM	1	Equipe	Executado parcialmente

**Diretriz** **Continuidade da Programação Ambiental sequenciada e ininterrupta**

**Estratégia** Gerenciar as bacias hidrográficas

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programa de otimização do potencial hídrico rural	1	Programa	Executado parcialmente

2	Longo	Estabelecer programa de orientação e adequação ambiental na agricultura e pecuária.	1	Programa	Executado parcialmente
---	-------	-------------------------------------------------------------------------------------	---	----------	------------------------

Estratégia Desenvolver pesquisa para a biodiversidade local

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programa de pesquisas da biodiversidade local	1	Programa	Não o
2	Longo	Elaborar o Plano de Saneamento Ambiental	1	Plano	Não

Estratégia Programas e Projetos para promover a descontaminação de mananciais

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programa de descontaminação dos cursos d'água	1	Programa	Executado parcialmente
2	Longo	Estabelecer programa de proteção florestal nos mananciais	1	Programa	Executado parcialmente

Estratégia Realizar o manejo correto do solo

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programa de recuperação de solo.	1	Programa	Executado

**Diretriz Ações integradas com a comunidade**

Estratégia Feiras de exposições em parceria com a iniciativa privada

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programas de apoio a feiras e exposições	1	Programa	Executado

Estratégia Qualificação Técnica

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programa de qualificação técnica dos conselhos municipais e da comunidade em geral	1	Programa	Executado parcialmente
2	Longo	Estabelecer programa de conscientização e reeducação de motoristas quanto ao respeito das normas e sinais de trânsito	1	Programa	Executado parcialmente

#### 4.2.3. Atualização dos instrumentos de política e planejamento urbano e rural e para a institucionalização da gestão democrática

**Diretriz** **Realizar a Gestão Participativa**  
Estratégia Promover a avaliação, atualização e a execução do cadastro técnico urbano e rural

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Promover a atualização do serviço de geoprocessamento	1	Atualização	Não executado
2	Longo	Promover a atualização do cadastro imobiliário	1	Atualização	Não executado
3	Longo	Promover a elaboração do Cadastro Rural	1	Cadastro	Não executado

Estratégia Ter mapas atualizados da área urbana e rural

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Médio	Promover o mapeamento das propriedades urbanas e rurais de todo o Município como base cartográficas.	1	Produção de mapas	Não executado

**Diretriz** **Recuperação das microbacias do município (urbana e rural)**  
Estratégia Explorar de forma sustentável os potenciais turísticos

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer estudos para aproveitamento do potencial turístico local, Plano Desenvolvimento Turístico.	1	Unid.	Executado parcialmente

#### 4.2.4. Implantação e aprimoramento de um sistema único de informações para o planejamento e gestão municipal

**Diretriz** **Capacitar os recursos humanos e divulgar / orientar a população**  
Estratégia Centralizar e obter banco de dados único, inter-relacionado gerando informações estratégicas para a tomada de decisão.

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Sistematizar a coleta de dados e informações documentais	1	Sistematização	Não executado
2	Longo	Otimizar e atualizar o cadastro de contribuinte e fornecedores	1	Atualização	Não executado
3	Longo	Promover a utilização da tecnologia da informação	1	Sistematização	Não executado

Estratégia Dotar a prestação de serviço municipal de máquinas e equipamentos

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Promover a informatização e integração dos diversos sistemas (planejamento urbano, cadastro imobiliário, cadastro rural, agricultura, meio ambiente e obras)	1	Conjunto de equipamento de softwares	Executado parcialmente
2	Longo	Aquisição e reforma de equipamentos municipais (ônibus escolares, tratores, caminhões, veículos)	10	Aquisição	Executado

**Diretriz** Realizar a gestão participativa  
Estratégia Democratizar dados e informações

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Disponibilizar as informações à população	1	Unid.	Executado

#### 4.2.5 Dinamização e ampliação das atividades econômicas dos setores produtivos

**Diretriz** Formar e fortalecer a representatividade política com princípios éticos e de continuidade nas ações focados em Braganey

Estratégia Eliminar as desigualdades sociais

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programa de qualificação de mão de obra para gerar emprego e renda	1	Unid.	Executado parcialmente

Estratégia Otimizar o fluxo do entroncamento rodoviário

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programa de otimização dos entroncamentos rodoviários	1	Programa	Não executado
2	Médo	Promover estudos viários para adequação dos sentidos das vias margeantes que interligam os bairros	1	Unid.	Não executado
3	Longo	Promover estacionamento regulamentado para motos, bicicletas e portadores de necessidades especiais	1	Regulamentação	Executado
4	Loong	Promover e implantar a regulamentação para carga e descarga de mercadorias.	1	Regulamentação	Executado parcialmente

5	Longo	Adequar e/ou recuperar estradas, pontes, bueiros para o tráfego de equipamentos pesados.	1	Adequação	Executado
6	Longo	Estabelecer rota para equipamento pesados e caminhões	1	Regulamentação	Executado

**Diretriz** **Educação Empreendedora**  
Estratégia Reestruturação legal do Parque Industrial

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Promover a ocupação de barracões vazios na área industrial	1	Unid.	Não executado
2	Longo	Regularizar os terrenos sem documentação na área industrial	1	Unid.	Não executado
3	Longo	Adquirir nova Área industrial	1	Unid.	Não executado

**Diretriz** **Gestão Pública com Gestão Democrática**  
Estratégia Incentivar a agricultura familiar

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer o fomento e desenvolvimento da agricultura familiar.	1	Unid.	Executado

Estratégia Implantar culturas alternativas valendo-se de posição estratégica do município facilitando o escoamento da produção

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programas para implantação de culturas alternativas	1	Programa	Executado

**Diretriz** **Ampliação da utilização do SIG como diferencial no contexto de Banco de Dados e Aumento do fluxo de pessoas no comércio**  
Estratégia Adequar a infraestrutura municipal para a mobilidade de pessoas, cargas e serviços

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estruturações das principais avenidas	1	Unid.	Executado
2	Longo	Estabelecer programa de adequação de estradas rurais (acessibilidade e trafegabilidade)	1	Unid.	Executado

Estratégia Melhorar a infraestrutura viária

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programa de qualidade nas estradas e vias de acesso.	1	Programa	Executado
2	Longo	Estabelecer programa de pavimentação em passeios públicos de elevado movimento e que integram o sistema viário principal da cidade	1	Programa	Executado
3	Longo	Estabelecer programa de pavimentação urbana, galerias, sinalização viária, iluminação Pública bem com seus projetos executivo.	1	Programa	Executado
4	Longo	Estabelecer programa de pavimentação do sistema viário municipal além da implantação de medidas para moderação de tráfico.	1	Programa	Executado parcialmente
5	Longo	Estabelecer programa de acessibilidade e mobilidade urbana bem como projetos executivos.	1	Programa	Executado parcialmente
6	Longo	Estabelecer programa de manutenção e/ou recuperação de vias já pavimentadas.	1	Programa	Executado parcialmente

Estratégia Adequar equipamentos urbanos à demanda

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Ampliação, reforma e adequação das escolas para receberem alunos portadores de necessidades especiais.	3	Unid.	Executado parcialmente
2	Longo	Ampliação, reforma e adequação dos centros de Educação Infantil, para receberem alunos portadores de necessidades especiais.	3	Unid.	Executado parcialmente
3	Longo	Ampliação da Unidade Básica de Saúde	4	Unid.	Executado parcialmente
4	Longo	Promover a ampliação e adequação dos Centros de Convivência dos Idosos	2	Unid.	Executado parcialmente
5	Longo	Construção de CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social	1	Unid.	Executado
6	Longo	Construção da Rodoviária de Braganey	1	Unid.	Executado
7	Longo	Construção de centro de eventos e equipamentos de esporte, lazer, recreação e eventos públicos nos bairros e lago municipal.	10	Unid.	Executado



8	Longo	Promover a ampliação e/ou melhorias e adequação do Centro Poliesportivo Municipal e do Distrito de Longuinópolis	2	Unid.	Executado parcialmente
9	Longo	Promover a construção de praças, parques e bosques	1	Unid.	Executado parcialmente
10	Médio	Reforma e adequação do Paço Municipal de Braganey	1	Unid.	Executado parcialmente
11	Médio	Construção de Capelas Mortuárias na sede, e no Distrito Vila Bragantina	2	Unid.	Executado
12	Longo	Iluminação Pública	4	Unid.	Executado parcialmente
13	Longo	Construção de Academia ao ar livre e Parques Infantil	4	Unid.	Executado
14	Longo	Ampliação e Regularização do Cemitério Municipal	1	Unid.	Executado
15	Longo	Construção de Parque Ambiental e Implantação de áreas verdes, bem como seu projeto executivo.	1	Unid.	Não executado
16	Longo	Revitalização das vias públicas do Distrito Longuinópolis	1	Unid.	Executado
17	Longo	Aquisição de imóvel para habitação popular	1	Unid.	Não executado
18	Longo	Construção de Ciclovias/ Ciclo Faixa	1	Unid.	Executado parcialmente
19	Longo	Regularização do Aterro Sanitário	1	Unid.	Executado parcialmente
20	Longo	Implantação da Usina de Reciclagem	1	Unid.	Executado

**Diretriz** Ter informações estratégicas para fomentar a atividade econômica  
**Estratégia** Realização de marketing da cidade com promoção da identidade do Município

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programa de marketing do Município com promoção da identidade municipal	1	Programa	Executado

**Diretriz** Ações integradas com a comunidade  
**Estratégia** Aumento da capacidade de investimento do município

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Promover campanha de recuperação fiscal. Realização do Cadastro Imobiliário e a reavaliação da Planta Genérica de Valores Contratação de Recursos Humanos para área fiscal	1	Campanha	Executado parcialmente



		Recadastramento de Contribuinte de tributos municipais Execução de Dívida Ativa Campanhas Educativas			
--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

Estratégia Ter dados georreferenciados em sua base de dados

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programa de georreferenciamento e atualização constante de sua base de dados	1	Unid.	Não executado

\* Não haverá custos na realização desta ação.

Estratégia Atualização de metodologia para cobrança de tributos municipais

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programa de execução de Dívida Ativa	1	Unid.	Executado
2	Curto	Estruturar setor jurídico para cobrança dos tributos municipais	1	Unid.	Executado parcialmente
3	Curto	Atualizar o Código Tributário Municipal e os sistemas de base de cálculo dos tributos municipais	1	Unid.	Não executado

#### 4.2.6 Saneamento Ambiental

**Diretriz Fomentar e ampliar os investimentos**

Estratégia Realizar saneamento básico extensivo a toda população

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Articular para ampliação da rede coletora de esgoto em áreas urbanizadas	1	Programa	Não executado

**Diretriz Identificar novas potencialidades no município através de pesquisas utilizando as Universidades / Faculdades**

Estratégia Realizar programas e projetos para destinação de resíduos (construção civil, industrial e doméstico)

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programa de coleta de resíduos sólidos	1	Unid.	Executado
2	Longo	Estabelecer programa de reutilização de entulho gerado pela construção civil	1	Unid.	Não executado
3	Longo	Estabelecer área adequada para recebimento de resíduos industriais e da construção civil	1	Unid.	Não executado

4	Curto	Estabelecer horários e locais adequados para depósito de resíduos sólidos na área central da cidade	1	Regulamentação	Executado parcialmente
---	-------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------	---	----------------	------------------------

Estratégia Reaproveitar resíduo orgânico

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programa de compostagem	1	Programa	Não executado

#### 4.2.7. Proteção do patrimônio natural, paisagístico e cultural

**Diretriz** Melhorar a qualidade de vida, melhorando os instrumentos legais através da fiscalização participativa

Estratégia Realização de fomento a diversificação de culturas

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programas de fomento a diversificação das propriedades rurais	1	Unid.	Executado parcialmente

Estratégia Adequar e sistematizar a arborização urbana

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programa de arborização urbana em vias públicas com espécies adequadas à calçada e a fiação elétrica - Plano de arborização	1	Unid.	Executado parcialmente

**Diretriz** Capacitar os recursos humanos e divulgar / orientar a população

Estratégia Oferecer atividades culturais para a população

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Prover infraestrutura para atividades culturais	1	Infraestrutura	Executado

#### 4.2.8. Procedimentos quanto às ocupações irregulares

**Diretriz** Sustentabilidade Espacial, social e econômica

Estratégia Realização de Regularização Fundiária

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Estabelecer programa de regularização fundiária municipal	1	Unid.	Executado parcialmente
2	Curto	Elaborar o Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS	1	Unid.	Não executado

Estratégia Adequar os instrumentos legais para aplicação eficiente

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Revisar a lei de incentivos à empresas e que evite a especulação imobiliária	1	Regulamentação	Não executado
2	Longo	Regulamentar horário especiais de funcionamentos de empresas	1	Regulamentação	Não executado
3	Longo	Regulamentar a isenção de impostos para terrenos urbanos Não Executado edificadas em área de preservação de mananciais	1	Regulamentação	Não executado
4	Longo	Regulamentar o imposto progressivo para lotes Não Executado edificação em área central que geram especulações imobiliárias	1	Regulamentação	Executado

Estratégia Realizar assentamentos humanos em locais adequados

Estimativa de Custo	Prazo	Ações	Quant.	Unid.	Avaliação
1	Longo	Promover o reassentamento de famílias que se encontram alojadas em locais inadequados	1	Programa	Não executado

## 5. CONCLUSÕES

Com base nas análises realizadas nas orientações e nas ações propostas no Plano Diretor Municipal (PDM) vigente, observa-se que há poucas diretrizes, proposições e ações referentes às infraestruturas e serviços prestados à comunidade nos setores da educação, esporte e lazer, saúde e assistência social.

Nota-se que há uma pequena variação no cumprimento e na implementação das atividades planejadas. Destas ações, 95% foram planejadas para longo prazo, sem estabelecer ações específicas para os primeiros cinco anos de implementação do plano diretor.

Foi identificado que várias ações foram propostas, mas a Equipe Técnica Municipal considera que algumas delas não são passíveis de execução pelo município. Isso se deve ao fato de que tais ações não dependem diretamente do município, havendo outras entidades responsáveis por sua implementação.

Adicionalmente, a não realização de algumas ações é justificada pelo fato de que as características do município mudaram, tornando-as menos pertinentes ou aplicáveis e que não foram dispostos indicadores mensuráveis para as ações propostas,

Nessa revisão, busca-se adequar e atualizar as diretrizes e propostas de acordo com a realidade e as necessidades atuais. Novas ações são apresentadas para abordar e resolver as demandas atuais, sem deixar de manter aquelas que foram implementadas ao longo do período, demonstrando eficácia, resultados satisfatórios e relevância para a realidade atual do município.

Além disso, é relevante destacar que, durante a revisão, busca-se também complementar as diretrizes e proposições de acordo com as transformações ocorridas no município. Este processo visa prever e incorporar novas ações que sejam capazes de atender e resolver as necessidades emergentes. O objetivo é assegurar que o plano diretor esteja alinhado não apenas com as circunstâncias presentes, mas também com as perspectivas futuras do desenvolvimento municipal.

Assim, a revisão não se limita apenas à adaptação das ações existentes, mas também à introdução de medidas inovadoras que possam impulsionar o progresso do município. Este enfoque proativo visa garantir a eficiência e a pertinência contínuas do plano diretor, proporcionando respostas eficazes às dinâmicas transformações que ocorrem no ambiente urbano e nas demandas da comunidade local.

## 6. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BRASIL. Ministério das Cidades. Estatuto da Cidade. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. Ministério das Cidades. Plano diretor participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

BRASIL. Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2017.

CEBDS. A Nova Agenda Urbana. 2016.

CNM. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. Guia para localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros. O que os gestores municipais precisam saber. Brasília: CNM, 2016.

CNM. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. Mandala ODS.

IUCN; UNEP; WWF. Caring for the Earth: a strategy for sustainable living. Gland: IUCN; UNEP; WWF, 1991.

LEITE, Carlos; AWAD, Juliana di Cesare Marques. Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Bookman, 2012.

MATTOS, Crisvaldo Miranda; ANTONIAZZI, Maria Terezinha Hanel. Gestão pública: o plano diretor e sua importância no processo de desenvolvimento sustentável municipal. 2016.

ONU. A ONU e o Meio Ambiente.

ONU. Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future

ONU. Conferência das nações unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992.

ONU. Nova Agenda Urbana. 2017.